

DF, — **Brasília:**
JORNAL DA TARDE

um condomínio inteiro condenado por um crime.

15 JUN 1988

A Justiça de Brasília está condenando 48 famílias pelo assassinato do médico João Carlos Maciel, ocorrido há nove anos. Maciel foi morto com cinco tiros disparados por Cícero Marques dos Santos, vigia do prédio em que morava. A viúva, Maria da Conceição Borges Maciel, responsabilizou o condomínio na Justiça, exigindo indenização de Cz\$ 39 milhões: Cz\$ 19 milhões a vista e mais Cz\$ 20 milhões de pensão, a serem pagos com imóveis ou títulos da dívida pública.

As citações aos moradores do bloco "D" da SQS 204, onde morava a família Maciel, começaram ontem, mas os oficiais de Justiça só localizaram três deles, os demais passaram o dia reunidos com advogados. Embora pareça curioso, o processo já se transformou em transtorno, apesar do grande esforço de entendimento entre as partes envolvidas.

Os problemas começaram em junho de 1979, quando o médico reclamou ao vigia "um tranco" que dera em seu filho de 11 anos. Cícero não gostou e João Carlos levou o caso ao síndico do condomínio. E, como as providências tardaram, prestou queixa na

1ª Delegacia de Polícia. Em represália, o violento vigia atirou no médico quando ele estacionava o carro na garagem do prédio. Depois, sumiu, e a polícia jamais o localizou. A viúva, em 1980, entrou com uma ação na 8ª Vara de Brasília.

O processo rolou nas gavetas da Justiça e, para complicar ainda mais o caso, o advogado dos condôminos, Firmino Ferreira Paz, perdeu o prazo para fazer o recurso, que deveria ter sido apresentado em fevereiro último. Seria uma tentativa de levar o juiz Getúlio Oliveira, que optou pela indenização à viúva do médico, de reavaliar a sua decisão.

O advogado Firmino Paz, ex-ministro do Tribunal Federal de Recursos (TFR) não quer comentar os desdobramentos do caso. Mas, de qualquer forma, poderá ser acionado por seus clientes — os moradores do prédio — "porque vacilou" na entrega do recurso, segundo afirmou a moradora Marlene Souza de Oliveira. Mesmo assim, ela acredita, como os demais condôminos, que a situação poderá ser contornada no prazo de dez dias, estipulado para o embargo dos autos.

Aidano Faria, advogado que ganhou fama na investigação da morte do jornalista Mário Eugênio, em 1984, explica que o condomínio foi acionado por uma questão de subordinação, ou seja, porque o vigia era funcionário do condomínio. Embora ele trabalhasse para uma firma — que já faluiu —, recebia ordens diretas do síndico eleito pelos moradores.

Um processo de 1937

O Tribunal Federal de Recursos decidiu ontem que a União deve indenizar Edith Campos Heitor Saboya Ponte e outros seis ex-proprietários de um terreno de cerca de 1,6 milhão de metros quadrados, desapropriado em 1937 para a construção da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Nos próximos dias, o TFR vai decidir qual o valor a ser pago aos ex-proprietários, que perderam suas terras durante o Estado Novo, de Getúlio Vargas.

O processo começou em 1955, e só agora foi decidido — antes, o TFR entendia que o processo estaria prescrito, já que a desapropriação ocorreu em 1937. A decisão foi unânime dos dez ministros da 2ª Seção do Tribunal.